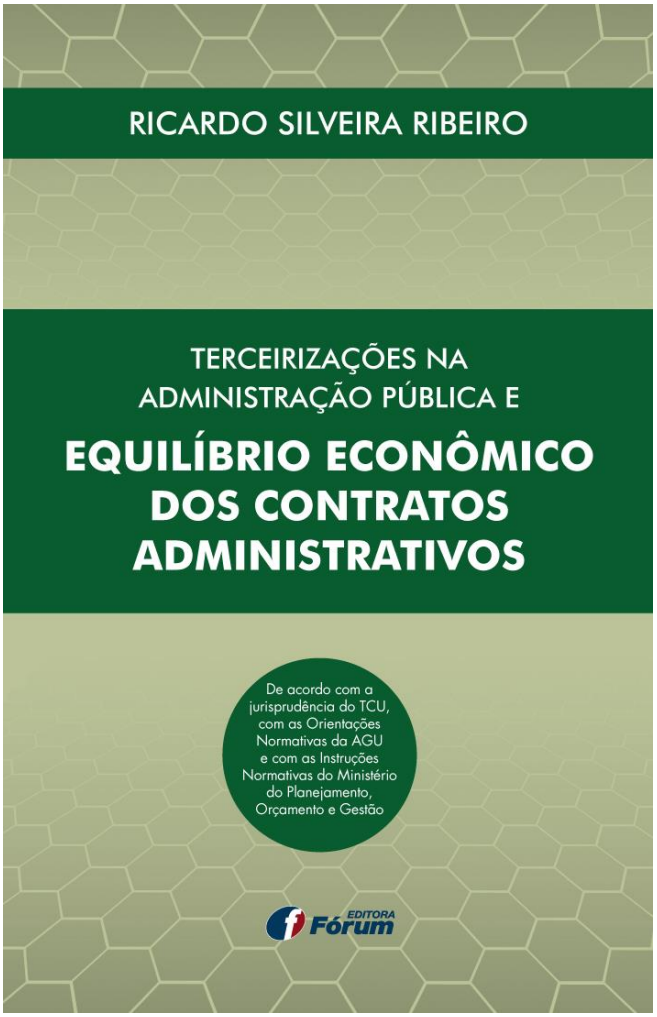

A terceirização por meio da celebração de contratos de prestação de serviços é hoje uma realidade na Administração Pública. A despeito disso, não existem estudos doutrinários exaustivos sobre a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais decorrentes desse tipo de contratação. Ao lidar com esse tema de forma aprofundada, o presente livro preenche uma grande lacuna na bibliografia jurídica nacional. A vivência prática do autor e a teoria apresentada no livro servirão de verdadeiro guia para que gestores e servidores públicos possam conduzir repactuações, reajustes e revisões de maneira segura. Os consultores jurídicos também encontrarão no livro todo o referencial teórico-prático que permitirá a elaboração de pareceres com rigor técnico e consistência teórica. Ao final, encontrarão um capítulo inteiro dedicado a responder as principais dúvidas jurídicas relativas ao tema.

Autor

Ricardo Silveira Ribeiro

TERCEIRIZAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EQUILÍBRIO ECONÔMICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Repactuação, reajuste e revisão

Área Específica

Direito Administrativo.

Áreas Afins

Administração Pública
Gestão Pública
Direito Coletivo do Trabalho.

Público-Alvo - Consumidores

Advogados públicos
Gestores públicos e servidores que trabalham com licitações e contratos administrativos
Advogados de empresas que executam serviços para a Administração Pública.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000958

Ribeiro, Ricardo Silveira

R484t Terceirizações na administração pública e equilíbrio econômico dos contratos administrativos: repactuação, reajuste e revisão / Ricardo Silveira Ribeiro. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

300 p.
ISBN 978-85-450-0122-5

1. Direito administrativo. 2. Administração pública. 3. Gestão pública. 4. Direito coletivo do trabalho. I. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Ricardo Silveira. *Terceirizações na administração pública e equilíbrio econômico dos contratos administrativos*: repactuação, reajuste e revisão. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 300 p. ISBN 978-85-450-0122-5.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS..... 15
INTRODUÇÃO..... 17

CAPÍTULO 1

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: NOÇÕES GERAIS..... 19
1.1 Licitação e concepção dinâmica de equilíbrio econômico-financeiro da contratação 19
1.2 Contrato de prestação de serviços, contrato de obra pública e contrato de compra..... 22
1.3 Princípio da preponderância e objetos contratuais complexos 24
1.4 Contrato de aluguel de equipamentos e contrato de utilização de programas de informática..... 26
1.5 Contrato de prestação de serviços em sentido estrito: serviços continuados e serviços não continuados..... 28
1.6 Prazos de vigência dos contratos de prestação de serviços em sentido amplo..... 31

CAPÍTULO 2

CRITÉRIOS DE REAJUSTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REAJUSTE E REPACTUAÇÃO..... 41
2.1 Inflação e reajustamento do contrato administrativo..... 41
2.2 Dos critérios de reajuste: reajuste e repactuação..... 43
2.3 Uma breve história do Plano Real: para entender a razão de existir

da repactuação..... 53
2.4 Critérios para a adoção da repactuação como forma de reajustamento..... 58
2.5 E se a contratação da prestação de serviços contínuos for sem dedicação exclusiva de mão de obra?..... 61
2.6 Da possibilidade de reajuste por índice em contratos de prestação de serviços continuados 62
2.7 Repactuação: licitude e possibilidade de previsão em qualquer contrato de prestação de serviços continuados 71
2.8 Prestação de serviço com alocação mista de mão de obra..... 73

CAPÍTULO 3

CONTAGEM DE PRAZO PARA A PRIMEIRA REPACTUAÇÃO: A ESCOLHA DOS MARCOS INICIAIS..... 77
3.1 Anualidade na Lei nº 10.192/01..... 77
3.2 Contagem da anualidade: Instrução Normativa MARE nº 18/97 e redação original da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/08..... 82
3.3 A contagem do prazo para primeira repactuação na redação atual da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/08..... 86

CAPÍTULO 4

EFEITOS FINANCEIROS DA REPACTUAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO..... 91
4.1 Definição de efeitos financeiros..... 91
4.2 Lacuna na IN MARE nº 18/1997 e posições interpretativas tradicionais..... 93
4.3 A orientação do TCU quanto ao tema da retroatividade dos efeitos financeiros..... 95
4.4 Os efeitos financeiros na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 97
4.5 Classificação dos efeitos financeiros..... 99
4.6 Efeitos financeiros da repactuação, fato gerador e custos da contratação..... 100

CAPÍTULO 5

TIPOLOGIA DOS CUSTOS, FONTES DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS E REPACTUAÇÃO NA IN SLTI/MPOG Nº 02/08..... 105
5.1 A importância da identificação do tipo de custo e das fontes da alteração dos preços..... 105
5.2 Custos de mão de obra e custos com insumos diversos..... 105
5.3 Fonte da alteração dos preços e tipologia dos custos..... 111

CAPÍTULO 6

REPACTUAÇÃO DE CUSTOS VINCULADOS A ATOS DA ADMINISTRAÇÃO OU ATOS NORMATIVOS: ASPECTOS PRÁTICOS..... 115
6.1 Custos fixados por atos da administração ou atos normativos..... 115
6.2 Repactuação por alterações de custo decorrentes de convenções coletivas de trabalho (CCT), acordos coletivos de trabalho (ACT)

e sentenças normativas..... 116
6.2.1 Natureza normativa da CCT, do ACT e da sentença normativa 116
6.2.2 Comprovação do incremento dos custos de mão de obra vinculados a CCT, ACT ou sentença normativa 120
6.2.3 A primeira repactuação: contagem da anualidade e efeitos financeiros 123
6.2.4 Repactuações subsequentes à primeira: a Orientação Normativa AGU nº 26, de 1º de abril de 2009 131
6.2.5 Termo final para solicitar repactuação: a preclusão lógica e o TCU ... 133
6.2.6 Extensão dos efeitos da preclusão, Parecer AGU nº JT 02, de 26 de fevereiro de 2009, e Acórdão TCU nº 8.237/2011 – 2ª Câmara 137
6.2.7 Antecipação de data-base da categoria: revisão ou repactuação?..... 140
6.3 Demais custos de mão de obra vinculados a atos da Administração ou normativos: vale-transporte, salário mínimo e salários profissionais..... 144
6.3.1 Anualidade, inaplicabilidade do art. 38 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e início dos efeitos financeiros da repactuação..... 144
6.3.2 Salários profissionais e vedação constitucional à indexação salarial em múltiplos do salário mínimo 154
6.3.3 Vigência dos novos valores e preclusão lógica: cautela à luz dos entendimentos do TCU 169
6.4 Violação da regra da anualidade por ato da administração ou ato normativo: alteração de encargos legais, caso fortuito, força maior, álea econômica e fato do príncipe 170

CAPÍTULO 7

REPACTUAÇÃO E REAJUSTE POR ÍNDICE DE PREÇOS DE CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO: ASPECTOS PRÁTICOS..... 185
7.1 Definições iniciais: principais custos decorrentes do mercado..... 185
7.2 Primeira repactuação, início dos efeitos financeiros, repactuações sucessivas, prazo para requerimento e preclusão 187
7.3 Comprovação da alteração dos custos pela empresa e limitação aos preços de mercado..... 195
7.4 A verificação da compatibilidade da alteração dos custos decorrentes do mercado com as variações dos preços na economia... 198
7.5 O princípio da correlação entre índice e custo da contratação e a escolha do índice..... 201
7.6 Cuidados com a escolha do índice de preços: discutindo a aplicação do princípio da correlação a partir de exemplos 207
7.7 Adoção de índice x pesquisa de preços: quando partir para as demais estratégias de verificação de preços? 219
7.8 Possibilidade de cláusula de reajuste mista: repactuação e reajuste por índice de preços..... 231

CAPÍTULO 8

REPACTUAÇÃO E REAJUSTE: DÚVIDAS FREQUENTES..... 241
8.1 Como a disponibilidade de recursos (“disponibilidade orçamentária”) afeta a repactuação? 241

8.2 Como contar a anualidade nas situações em que, por acordo, não incide a regra da retroação dos efeitos financeiros?..... 245
8.3 Como fazer a contagem da anualidade se restou impossível retroagir os efeitos financeiros à data da efetiva majoração dos custos da contratação em razão de a contratação estar em seu início?....246
8.4 Poderá ser feita repactuação com incrementos progressivos de custos de mão de obra em momentos diferenciados no tempo?..... 248
8.5 ACTs podem fixar salários superiores aos de CCTs? Como proceder se o ACT implica pagamentos que violarão os valores limites estipulados pelo MPOG para contratações de serviços de vigilância e de limpeza? 250
8.6 Alterações nos encargos legais ou tributários decorrentes de atos imputáveis direta ou indiretamente ao contratado ensejam repactuação? 253
8.7 Como se deve fazer o enquadramento sindical para fins de indicação do instrumento coletivo correto? 255
8.8 Como proceder à repactuação se houver alteração de instrumento coletivo em razão da criação de nova categoria?..... 262
8.9 Como elaborar uma planilha de composição de custos se o instrumento coletivo expirou sua vigência?..... 263
8.10 Como realizar repactuação se a empresa se baseou em instrumento coletivo errado?..... 265
8.11 A repactuação de custos decorrentes do mercado fixados por contratos privados deve seguir os valores neles estabelecidos?..... 271
8.12 Atraso nos pagamentos decorrentes de repactuação ou de reajuste por índice ensejam direito ao pagamento de juros de mora e de correção monetária?..... 272
8.13 Faz sentido admitirmos procedimento unilateral de repactuação?..... 281
8.14 A antecipação de data-base da categoria representa cláusula nula por lesar o art. 623 da CLT? 282
8.15 A empresa contratada para execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação?..... 282
8.16 O reconhecimento de revisão implica a contagem de nova anualidade para fins de deferimento de nova revisão, repactuação ou reajuste por índice?..... 284
8.17 Os percentuais do lucro e dos custos indiretos poderão ser repactuados?..... 287
8.18 É possível reajustar ou repactuar contrato sem a previsão expressa de cláusula de reajuste?..... 288
8.19 Empresas estatais podem utilizar repactuação como forma de reajustamento?..... 291
8.20 Contratações decorrentes de licitações processadas sob Sistema de Registro de Preços são compatíveis com a previsão de cláusula de reajuste?..... 293

REFERÊNCIAS..... 297